

Apoio



ANO 11 Nº 5
Maio de 2002

Carta de Conjuntura FEE

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Secretaria da Coordenação e Planejamento
FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA
Siegfried Emanuel Heuser

A Matriz de Insumo-Produto do RS

A FEE divulgou, em abril, a **Matriz de Insumo-Produto do Rio Grande do Sul** para o ano de 1998. A Matriz consiste em um conjunto de tabelas que expõem relações de produção e consumo entre setores econômicos de uma região. Para a Matriz do Rio Grande do Sul, foram selecionados 27 setores.

A Matriz registra, para cada setor, o destino setorial da sua produção, assim como a origem setorial dos insumos utilizados. Adicionalmente, as tabelas incorporam informações sobre a produção que se destina à demanda final (consumo das famílias, consumo do Governo, exportações para os demais estados, exportações para o Exterior e formação de capital), além das importações de outros estados e do Exterior. Na Matriz estadual, são divulgadas cerca de 26 mil informações.

A tabela ilustra alguns dos resultados, agregando a economia do Estado em apenas três setores: agropecuária, indústria e serviços. Para cada um deles, é apresentada a oferta total a preços do consumidor (incluindo as importações) e a demanda total (consumo intermediário e demanda final). Ainda que não apresentadas na tabela, dispõe-se, também, de informações, para cada um dos setores, sobre o valor da produção, o valor adicionado, o pessoal ocupado e os salários.

Na primeira linha, observa-se que cerca de 56% da oferta total da agropecuária são consumidos pelos três setores, e 44% destinam-se à demanda final. Já na indústria, 27% da oferta destinam-se ao consumo dos setores e 73% à demanda final. No setor serviços, 25,5% da oferta são consumidos pelos setores, e 74,5% destinam-se à demanda final. Do total da oferta da agropecuária utilizada como insumo pelos setores, 74,1% são utilizados pela indústria, 22,4% pela própria agropecuária e 3,5% pelo setor serviços. Do total da

oferta da indústria utilizada como insumo pelos setores, 68,5% destinam-se ao próprio setor, 25% destinam-se ao setor serviços e 6,5% à agropecuária. Em serviços, 85% são consumidos pelo próprio setor, 14,4% pela indústria e 0,6% pela agropecuária.

Examinando-se a tabela pela ótica da demanda final, observa-se que, na agropecuária, 43% da demanda final são consumidos pelo Governo e pelas famílias, e 39% são exportados para os demais estados. Na indústria, 45,7% da oferta são exportados (35,5% para os demais estados e 10,2% para o Exterior), 34,6% são consumidos pelo Governo e pelas famílias e 19,6% constituem-se em investimento. Em serviços, 95,2% da oferta final são consumidos pelo Governo e pelas famílias.

Para o total da economia estadual, observa-se que 29% da oferta são utilizados pelos setores como consumo intermediário, enquanto 71% se destinam à demanda final. Desta última, 53,8% são consumidos pelo Governo e pelas famílias, 33% constituem-se em exportações (26% para outros estados e 7% para o Exterior) e 13,2% são investidos.

A tabela também oferece informações sobre a estrutura de insumos de cada um dos setores. Na agropecuária, 49% dos insumos utilizados têm origem na indústria, e 49% são oriundos do próprio setor. Na indústria, 71% dos insumos são produzidos no próprio setor, e 22% vêm da agropecuária. Em serviços, 59% dos insumos têm origem no próprio setor, e 39% provêm da indústria.

Oferta total e demanda total do Rio Grande do Sul — 1998

(R\$ 1 000 000)

DESCRIÇÃO	OFERTA TOTAL A PREÇO DE CONSUMIDOR	CONSUMO INTERMEDIÁRIO DAS ATIVIDADES				DEMANDA FINAL					DEMANDA TOTAL
		Agropecuária	Indústria	Serviços	Total	Exportações Internacionais	Exportações Interestaduais	Consumo do Governo e das Famílias	Formação de Capital	Demanda Final	
Agropecuária	11 605	1 447	4 789	228	6 464	372	1 997	2 200	573	5 141	11 605
Indústria	82 755	1 462	15 413	5 634	22 510	6 156	21 412	20 874	11 803	60 245	82 755
Serviços	39 240	59	1 446	8 517	10 021	0	1 302	27 829	87	29 219	39 240
TOTAL	133 599	2 968	21 648	14 379	38 995	6 528	24 710	50 903	12 463	94 604	133 599

FONTE: FEE/Núcleo de Contabilidade Social.

Adalberto Alves Maia Neto (FEE/NCS)

Estimativas apontam menos grãos na safra gaúcha 2001/2002

Estimativas realizadas pelo IBGE, em março do corrente ano, para as lavouras de arroz, feijão, milho e soja apontam uma redução na produção do Rio Grande do Sul da ordem de 17%, em relação à safra 2000/2001. Apesar da queda estimada em 3,2 milhões de toneladas, a produção ficará em torno de 15,2 milhões de toneladas, pouco acima, portanto, da média dos 10 últimos anos, que se situou em um patamar de 14,8 milhões de toneladas. Dentre as culturas aqui analisadas, deve-se destacar a redução significativa nas produções de milho, da ordem de 35%, e da soja, 17%. Já a área plantada das quatro lavouras ficou praticamente igual à da safra anterior. Contudo devem ser destacadas a retração da área do milho (15,9%) e a expansão das ocupadas com o feijão (10,6%) e a soja (10,9%), esta última, provavelmente, em áreas antes ocupadas pela cultura do milho.

No Estado, a instabilidade climática, caracterizada pela alternância de escassez e excesso de chuvas, causou prejuízos, principalmente, à cultura de milho e, em menor proporção, à da soja. Já a orizicultura não sofreu perdas, uma vez que os estoques de água das barragens compensaram a escassez no período da seca, tanto que, mesmo com a redução da área, houve um aumento de 1,5% na produção, com um crescimento de 4,0% na produtividade.

Estimativas da variação da produção, da área e da produtividade no Rio Grande do Sul — safra 2001/2002

PRODUTOS SELECIONADOS	VARIÇÃO PERCENTUAL		
	Produção	Área	Rendimento
Arroz	1,5	-2,4	4,0
Feijão	4,7	10,6	-5,3
Milho	-34,8	-15,9	-22,5
Soja.....	-16,6	10,9	-24,8
Somatório	-17,3	0,9	-

FONTE: IBGE.

Maria Helena Antunes de Sampaio (FEE/NEA)

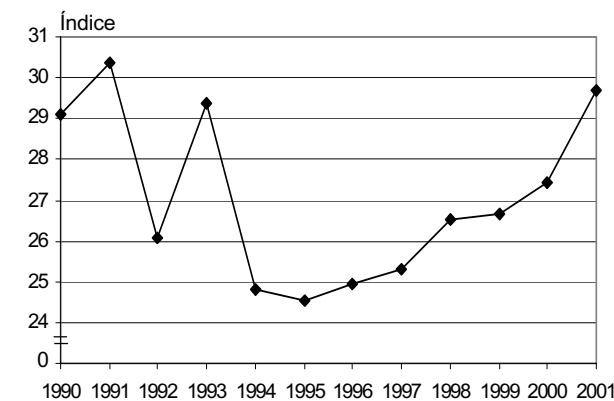
Salário mínimo real no Brasil: 1990-01

O salário mínimo (SM) no País foi reajustado em 1º de abril de 2002, passando de R\$ 180,00 para R\$ 200,00, o que corresponde a uma variação de 11,11%. Tomando-se como referência comparativa o ICV do DIEESE para as famílias de baixa renda do Município de São Paulo, cuja variação foi de 10,56% em 2001, constata-se que o reajuste aplicado ao SM nacional não representou praticamente nenhum ganho real.

O comportamento do SM real no Brasil, no período 1990-01, pode ser assim descrito: nos anos de alta inflação, compreendidos entre 1990 e 1994, o SM real evidenciou oscilações acentuadas, com variações positivas em 1991 e 1993 e negativas em 1992 e 1994, neste último ano, o SM real encontrava-se 14,78% abaixo de seu nível de 1990; em 1995, o SM real mostrou nova variação negativa comparativamente ao ano anterior, de 1,05%; a partir de 1996, em um contexto de relativa estabilidade de preços, a política para o SM real vem proporcionando sucessivas variações positivas de seu valor real, o qual, em 2001, se situou 20,95% acima daquele de 1995.

Não obstante, deve-se ter presente que, em 2001, o SM real se encontrava em nível praticamente idêntico ao observado em 1990, patamar que assinala uma perda de mais de 70% do poder de compra de quando foi instituído.

Salário mínimo real no Brasil — 1990-01




FONTE: DIEESE.

NOTA: 1. Base: julho de 1940 = 100.

2. Deflator: ICV do DIEESE para o estrato inferior de renda do Município de São Paulo.


3. O índice de salário mínimo real anual inclui o 13º salário.

Raul Luís Assumpção Bastos (FEE/NET)




crédito assistido
Apoio Técnico e Crédito para Pequenos Empreendedores

Você não precisa ser grande para ter crédito e acompanhamento técnico.



Baurisul
Melhor porque é nosso



GOVERNO DO RIO GRANDE DO SUL
Estado da Participação Popular

ECONOMIA BRASILEIRA

Variáveis macroeconômicas selecionadas — dez./92-mar./02

MESES E ANOS	TAXAS ANUAIS DE CRESCI- MENTO DO PIB (1) (IBGE)	TAXA DE INVESTIMENTO (2) (% do PIB) (IPEA)	TAXA MÉDIA DE DESEMPREGO ABERTO (3) (% da PEA) (IBGE)	TAXAS ANUAIS DE VARIAÇÃO DO ÍNDICE DE PREÇOS (4) (IPCA/IBGE)	TAXAS BÁSICAS DE JUROS AO ANO (%) (Bacen)	TAXA EFETIVA DE CÂMBIO (5) (Funcex)		SALÁRIOS REAIS NA INDÚSTRIA (IBGE)		BASE MONETÁRIA (saldo em R\$ milhões correntes) (Bacen)
						Índice (base fixa ago./94 = 100)	Taxa de Variação (4)	Índice (base jan./01 = 100)	Taxa de Variação (4)	
Dez./92	-0,6	18,1	4,5	124,8	-8,2	99,6	-7,2	...
Dez./93	4,9	18,5	4,4	2 477,7	...	112,9	-9,5	107,6	-1,3	...
Dez./94	5,9	21,3	3,4	916,5	56,4	88,6	-21,5	115,7	0,8	17 265
Dez./95	4,2	19,3	4,4	22,4	38,9	99,8	12,6	127,6	-0,4	20 746
Dez./96	2,7	20,9	3,8	10,1	23,0	98,6	-1,2	127,2	0,2	20 106
Dez./97	3,3	22,1	4,8	5,2	40,9	93,7	-5,4	132,8	0,8	32 283
Dez./98	0,1	20,6	6,3	1,7	39,4	99,1	5,8	131,3	-0,5	39 285
Dez./99	0,8	19,0	6,3	8,9	19,0	115,8	16,9	125,4	0,1	45 407
Mar./00	1,9	19,3	8,1	6,9	19,0	108,2	-20,1	126,3	0,2	40 906
Abr./00	-	-	7,8	6,8	18,5	109,4	-10,1	126,2	-0,1	38 549
Mai./00	-	-	7,8	6,5	18,5	111,3	-8,6	126,7	0,4	38 460
Jun./00	3,1	19,3	7,4	6,5	17,5	110,7	-11,5	126,5	-0,2	37 924
Jul./00	-	-	7,2	7,1	16,5	107,0	-14,5	125,4	-0,9	37 141
Ago./00	-	-	7,1	7,9	16,5	103,7	-20,4	124,9	-0,4	37 855
Set./00	4,3	19,9	6,7	7,8	16,5	104,1	-19,6	124,5	-0,3	38 060
Out./00	-	-	6,8	6,7	16,5	105,5	-20,1	125,3	0,6	39 299
Nov./00	-	-	6,2	6,0	16,5	109,1	-12,0	127,4	1,7	40 006
Dez./00	4,4	19,8	4,8	6,0	15,8	109,6	-5,4	127,1	-0,2	46 304
Jan./01	-	-	5,7	6,0	15,8	111,0	-1,6	100,0	-21,3	46 459
Fev./01	-	-	5,7	6,3	15,8	112,2	1,8	96,0	-4,0	44 300
Mar./01	4,1	21,5	6,5	6,4	16,3	114,4	5,7	97,1	1,1	43 306
Abr./01	-	-	6,5	6,6	16,3	117,9	7,8	97,1	0,0	43 543
Mai./01	-	-	6,9	7,0	16,8	123,0	10,5	97,6	0,5	43 636
Jun./01	3,6	20,7	6,4	7,4	18,3	123,0	11,1	98,3	0,8	43 936
Jul./01	-	-	6,2	7,1	19,0	124,3	16,2	100,4	2,1	45 004
Ago./01	-	-	6,2	6,4	19,0	126,9	22,4	99,1	-1,3	45 010
Set./01	2,6	20,1	6,2	6,5	19,0	134,9	29,6	98,1	-1,0	45 133
Out./01	-	-	6,6	7,2	19,0	133,5	26,5	97,7	-0,4	45 430
Nov./01	-	-	6,4	7,6	19,1	121,8	11,6	110,9	13,5	45 587
Dez./01	1,5	-	5,6	7,7	18,8	113,0	3,1	138,7	25,1	52 846
Jan./02	-	-	6,8	7,6	-	109,5	-1,4	107,1	-22,8	52 298
Fev./02	-	-	7,0	7,5	18,5	-	-	102,8	-4,1	50 056
Mar./02	-	-	7,1	7,7	18,5	-	-	-	-	49 371

(continua)

ECONOMIA BRASILEIRA

Variáveis macroeconômicas selecionadas — dez./92-mar./02

MESES E ANOS	NECESSIDADES PRIMÁRIAS DE FINANCIAMENTO DO SETOR PÚBLICO (6) (% do PIB) (Bacen)	DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL DO SETOR PÚBLICO (% do PIB) (Bacen)	INDÚSTRIA				SETOR EXTERNO						
			Índice da Produção Física (base 1991 = 100) (IBGE)	Taxas de Crescimento (IBGE)		Utilização da Capacidade Instalada (%) (IBRE)	Taxas de Crescimento (Secex)		% do PIB (Bacen)			Reservas Externas (conceito de liquidez internacional) (US\$ milhões) (Bacen)	Dívida Externa Total (US\$ milhões correntes)
				Produção física (7)	Produtividade física da indústria (8)		Exportações (1)	Importações (1)	Transações correntes (6)	Investimentos diretos (6)	Transações correntes não cobertas por investimentos diretos		
Dez./92	89,52	-3,7	-	(9) 69,0	13,4	-2,3	1,57	23 754	...
Dez./93	97,13	7,5	-	(9) 72,0	8,1	25,1	-0,14	32 211	...
Dez./94	-5,09	28,5	114,32	7,6	-	(9) 77,0	12,3	28,7	-0,31	38 806	...
Dez./95	-0,35	29,9	100,71	1,8	-	(9) 83,0	6,8	51,1	-2,55	51 840	...
Dez./96	0,09	33,3	108,88	1,7	-	(9) 79,0	2,7	6,7	-2,98	1,28	1,70	60 110	...
Dez./97	0,98	34,5	105,37	3,9	-	(9) 81,0	11,0	15,1	-4,16	2,13	2,03	52 173	199 998
Dez./98	-0,01	42,6	102,90	-2,0	-	-	-3,5	-6,2	-4,34	3,37	0,97	44 556	241 777
Dez./99	-3,13	49,7	111,73	-0,7	-	-	-6,1	-14,9	-4,80	5,40	-0,60	36 342	241 468
Mar./00	-3,31	47,0	120,41	8,0	-	-	1,5	-7,9	-4,40	5,13	-0,73	39 200	242 536
Abr./00	-3,52	47,5	115,43	6,8	-	83,1	4,3	-5,4	-4,44	4,91	-0,47	28 721	230 069
Mai./00	-3,83	47,4	126,85	6,7	-	-	6,2	-2,7	-4,40	4,92	-0,52	28 570	231 346
Jun./00	-3,59	46,5	128,05	6,8	-	-	8,6	-1,7	-4,27	5,12	-0,85	28 265	232 288
Jul./00	-3,18	49,5	130,37	6,9	-	82,8	12,5	2,5	-4,18	5,30	-1,12	29 214	232 812
Ago./00	-3,53	48,6	136,29	7,0	-	-	14,5	4,7	-4,05	5,21	-1,16	31 385	232 440
Set./00	-3,33	48,5	129,23	6,6	-	-	16,5	8,6	-4,06	5,00	-0,94	31 431	232 387
Out./00	-3,25	49,0	136,32	6,7	-	84,1	16,5	11,3	-4,19	4,95	-0,76	30 393	231 575
Nov./00	-3,63	49,7	130,62	6,6	-	-	16,5	12,7	-4,19	5,57	-1,38	32 533	231 526
Dez./00	-3,56	49,3	120,29	6,6	-	-	14,7	13,8	-4,15	5,52	-1,37	33 011	236 157
Jan./01	-3,62	48,9	119,05	7,2	0,2	82,1	15,8	17,3	-4,42	5,33	-0,91	35 598	238 298
Fev./01	-3,54	49,6	114,90	6,2	-1,3	-	13,7	14,8	-4,57	5,27	-0,70	35 413	238 230
Mar./01	-3,53	50,2	130,35	6,5	9,1	-	13,6	15,4	-4,74	5,30	-0,56	34 407	220 560
Abr./01	-3,90	50,4	122,50	6,7	-5,9	83,9	13,6	15,9	-4,68	5,48	-0,80	34 653	...
Mai./01	-3,79	51,9	132,89	6,6	6,9	-	12,7	15,9	-4,84	5,62	-0,78	35 459	...
Jun./01	-3,91	51,3	126,74	5,8	-2,5	-	11,9	15,9	-4,85	5,29	-0,43	37 318	224 025
Jul./01	-4,05	52,8	132,26	5,3	3,7	80,9	9,9	13,9	-5,06	4,88	0,17	35 552	224 411
Ago./01	-3,78	54,0	136,10	4,6	2,5	-	7,8	11,2	-5,07	4,76	0,31	36 299	226 818
Set./01	-3,80	54,8	127,27	4,1	-5,4	-	6,8	8,0	-5,02	4,82	0,19	40 054	232 442
Out./01	-3,95	54,4	132,09	3,2	2,1	79,9	6,8	5,8	-4,89	4,74	0,14	37 492	230 000
Nov./01	-3,68	53,1	128,28	2,6	-1,7	-	6,0	5,0	-4,77	4,12	0,65	37 234	228 603
Dez./01	-3,67	53,3	112,39	1,5	-10,7	-	5,5	1,6	-4,61	4,50	0,12	35 866	226 036
Jan./02	-3,64	55,1	117,60	0,5	6,5	79,5	2,4	-3,1	-4,37	4,41	-0,04	36 167	225 582
Fev./02	-3,61	54,7	113,42	0,3	-1,4	-	1,8	-4,1	-4,22	4,36	-0,15	35 906	-
Mar./02	-3,32	54,5	125,40	-0,7	-	-	-1,1	-8,8	-3,88	4,40	-0,52	36 721	-

FONTE: IPEA. IBGE. Bacen. DIEESE. FGV. IBRE. Macrométrica.

(1) Variação percentual do fluxo dos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores. (2) Taxa de investimento no trimestre (preços 1990). Taxa obtida a partir da relação entre as séries de índices reais (base fixa, dessazonalizado) da formação bruta de capital fixo e do PIB. (3) Pessoas que procuraram trabalho de maneira efetiva nos últimos sete dias anteriores ao da entrevista e não exerceram nenhum trabalho. (4) Variação percentual em relação ao mês anterior. (5) R\$/cesta de 13 moedas: EUA, Canadá, Japão, ALADI (Argentina, Uruguai, Paraguai, Chile e México) e Europa (Alemanha, França, Itália, Holanda e Suíça). (6) Valor dos últimos 12 meses. (7) Variação percentual da média dos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores. (8) Variação percentual em relação ao mês anterior. (9) Refere-se ao mês seguinte.

Carta de Conjuntura - Ano 11 nº 5

ECONOMIA DO RS

Variáveis selecionadas — dez./99-maio/02

MESES E ANOS	PIB (1)	PRODUÇÃO FÍSICA NA INDÚSTRIA (2)			ICMS (R\$ milhões)				ÍNDICES DE PREÇOS	
		Base Fixa (5)	Mês (6)	Acumulado no Ano (7)	Industrial	Comércio Atacadista	Comércio Varejista	Total	IEPE (8)	CUB (9)
Dez./99	3,0	126,87	114,63	102,24	247,7	94,6	42,4	413,3	107,76	482,01
Jan./00	-	119,56	114,69	114,69	249,9	96,8	86,6	477,4	108,69	486,17
Fev./00	-	130,92	118,79	116,79	216,2	97,9	48,9	413,0	109,12	491,65
Mar./00	-	157,01	109,30	113,79	219,5	99,3	42,4	409,2	109,51	493,24
Abr./00	-	146,31	103,07	110,75	239,6	103,6	43,2	437,3	109,71	499,53
Mai./00	-	158,38	112,46	111,12	205,1	93,9	46,6	399,4	109,93	491,85
Jun./00	-	152,98	106,80	110,33	243,1	95,3	50,6	448,3	109,97	491,02
Jul./00	-	153,48	109,18	110,16	237,4	98,5	52,3	446,5	111,83	504,90
Ago./00	-	157,72	113,16	110,55	239,2	101,7	55,3	456,0	113,84	509,16
Set./00	-	139,85	103,53	109,76	270,7	103,3	53,8	493,3	114,02	510,35
Out./00	-	151,27	106,96	109,47	289,6	68,4	49,3	475,7	114,51	519,58
Nov./00	-	147,95	107,69	109,30	319,6	72,9	48,2	508,4	115,11	518,65
Dez./00	4,1	128,62	101,38	108,67	307,1	75,2	47,0	497,3	115,39	519,24
Jan./01	-	129,12	107,99	107,99	336,7	70,1	99,4	571,2	117,19	520,81
Fev./01	-	127,40	97,31	102,41	298,7	72,4	59,1	497,4	117,05	521,22
Mar./01	-	156,20	99,48	101,28	261,5	66,5	49,1	453,0	117,60	520,63
Abr./01	-	152,37	104,14	102,04	336,2	81,1	60,2	553,2	118,72	524,37
Mai./01	-	154,92	97,82	101,10	311,6	69,2	48,9	518,6	118,85	528,28
Jun./01	-	147,66	96,52	100,29	303,6	64,9	61,0	505,4	119,42	532,23
Jul./01	-	151,21	98,52	100,02	291,6	111,8	64,1	547,3	120,39	545,90
Ago./01	-	156,41	99,17	99,91	263,7	104,1	61,8	510,2	120,88	553,17
Set./01	-	134,30	96,03	99,50	310,0	112,7	62,3	566,8	120,67	557,48
Out./01	-	149,48	98,82	99,43	309,2	107,0	53,2	547,1	122,17	561,36
Nov./01	-	142,61	96,39	99,15	291,4	116,1	56,8	464,2	123,37	565,12
Dez./01	3,5	125,87	97,86	99,05	361,3	143,3	77,9	582,6	125,16	572,59
Jan./02	-	130,13	100,79	100,79	244,8	102,1	84,8	431,6	126,11	576,45
Fev./02	-	130,83	102,69	101,73	-	-	-	-	126,20	577,21
Mar./02	-	-	-	-	-	-	-	-	127,22	576,94
Abr./02	-	-	-	-	-	-	-	-	128,28	577,39
Mai./02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	577,12

(continua)

ECONOMIA DO RS

Variáveis selecionadas — dez./99-maio/02

MESES E ANOS	SALDO DE ADMISSÕES E DESLIGAMENTOS COM CARTEIRA	DESEMPREGO NA RMPA		RENDIMENTOS NA RMPA (3)		CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA (4) (mwh)		EXPORTAÇÕES VALOR (US\$)	VARIÇÃO MENSAL DO NÚMERO DE INFORMAÇÕES DO SPC (%)	
		Taxa de Desemprego		Ocupados (10)	Assalariados (11)	Industrial	Total		Registro	Cancelamento
		Aberto	Total							
Dez./99	-11 311	11,1	18,1	762	753	577 884	1 573 375	465 523	30,7	40,9
Jan./00	6 367	10,3	16,7	744	729	504 010	1 662 231	339 539	-23,4	-33,7
Fev./00	7 374	10,2	16,8	736	717	590 670	1 721 907	351 781	3,9	7,5
Mar./00	12 922	10,8	17,7	725	725	595 849	1 698 334	415 601	33,9	7,9
Abr./00	14 283	11,4	18,8	739	737	616 814	1 640 732	467 414	-10,5	10,2
Mai/00	2 625	11,5	18,4	756	750	651 664	1 623 447	472 396	20,8	10,1
Jun./00	639	11,3	17,8	767	754	635 844	1 578 796	573 501	-16,7	0,9
Jul./00	-475	11,2	16,8	776	750	638 838	1 602 501	604 322	2,0	-0,7
Ago./00	87	11,0	16,5	766	753	643 196	1 604 892	630 930	17,6	1,7
Set./00	6 440	10,6	16,2	752	742	632 876	1 583 907	498 411	-16,7	-4,4
Out./00	6 173	10,0	16,3	741	740	624 813	1 558 757	486 019	63,1	-13,6
Nov./00	8 689	9,6	15,9	736	731	623 480	1 580 276	487 985	-45,2	-1,2
Dez./00	-11 632	9,3	15,0	739	729	609 475	1 630 893	452 039	24,4	35,7
Jan./01	6 019	9,1	14,4	734	735	525 439	1 682 432	414 295	-27,9	-31,5
Fev./01	3 426	9,3	14,7	738	746	602 228	1 739 468	400 950	-17,6	-16,7
Mar./01	10 016	9,6	15,4	723	742	615 360	1 803 647	520 790	74,2	33,9
Abr./01	15 810	10,2	15,6	729	745	643 148	1 756 774	489 574	-2,2	-1,0
Mai/01	-5 421	10,2	15,4	717	722	618 173	1 602 540	638 054	-6,3	15,5
Jun./01	-1 372	10,0	15,0	720	720	653 234	1 579 597	632 236	-20,0	-11,7
Jul./01	-3 176	9,6	14,6	708	708	631 391	1 516 081	658 093	15,9	13,1
Ago./01	6 854	9,6	14,3	711	711	628 535	1 533 749	673 810	-10,8	-14,3
Set./01	7 532	9,8	14,5	727	733	607 149	1 510 227	569 020	-20,2	-20,7
Out./01	10 869	10,2	15,3	728	739	598 559	1 480 961	494 824	19,2	17,4
Nov./01	10 730	9,7	15,1	730	742	480 254	1 565 278	384 873	64,4	11,9
Dez./01	-10 978	9,2	14,8	716	719	586 626	1 570 998	468 839	-24,7	21,5
Jan./02	10 652	8,9	14,5	697	693	784 376	1 584 060	370 754	95,4	-25,4
Fev./02	6 150	9,2	15,0	698	701	593 381	1 717 735	372 940	-56,4	-17,7
Mar./02	-	9,9	15,8	-	-	588 580	1 694 484	401 451	216,4	16,0
Abr./02	-	-	-	-	-	625 105	1 701 398	-	-10,3	18,5
Mai/02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

FONTES: FEE. IBGE. MICT. PED-RMPA. Secretaria da Fazenda-RS. SPC. IEPE. SINDUSCON. Ministério do Trabalho e Emprego.

(1) Refere-se à taxa anual. (2) Pesquisa Industrial Mensal. (3) Inflator utilizado: IPC-IEPE; valores em reais de maio/01. (4) Refere-se à soma do consumo de energia elétrica divulgado pelas três principais operadoras do Estado (RGE, AES-SUL e CEEE). (5) Base: média de 1991 = 100. (6) Base: igual mês do ano anterior = 100. (7) Base: igual período do ano anterior = 100. (8) Base: abr./98 = 100. (9) Em R\$. (10) Exclui os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganham exclusivamente em espécie ou benefício. (11) Exclui os assalariados que não tiveram remuneração no mês e os empregados domésticos.

As exportações gaúchas no primeiro trimestre

No primeiro trimestre de 2002, as exportações gaúchas caíram 14,29% em relação a igual período de 2001. Além da queda na demanda externa, o menor preço das *commodities* e um real mais valorizado influenciaram o resultado. Dentre os principais capítulos exportados, apenas carnes e miudezas, comestíveis e máquinas, aparelhos e material elétricos, suas partes, etc. tiveram desempenho positivo. As maiores quedas ocorreram nos produtos químicos orgânicos, plásticos, fumo, pastas de madeira e móveis. Produtos químicos orgânicos e plásticos diminuíram suas vendas, principalmente, devido à crise da Argentina, importante mercado para esses produtos. O fumo sofreu quedas de preço e quantidade em função dos altos estoques internacionais do produto. A celulose, apesar do aumento no volume embarcado também registrou quedas de preços, enquanto a retração na venda de móveis deveu-se à diminuição na quantidade exportada.

Os mercados que mais cresceram em porcentagem foram os do Irã, da China, da África do Sul e da França. Os que mais se contraíram foram os da Argentina, do México e do Uruguai. A crise argentina continua sendo a principal causa da retração nas exportações do RS, representando 58,79% das perdas de receita com exportações do Estado no trimestre. Além da queda no nível da atividade econômica, os importadores argentinos não têm dólares para quitar suas compras, as quais também encareceram pela desvalorização do peso. A situação do Uruguai, também em recessão,

piorou com a crise argentina. O México, além dos efeitos da recessão norte-americana, retraiu-se com o atraso no fechamento do acordo bilateral com o Brasil.

Exportações do Rio Grande do Sul por capítulos — jan.-mar./01 e jan.-mar./02

CAPÍTULOS	VALOR (US\$ 1 000 FOB)		VARIÇÃO PERCENTUAL
	2001	2002	
64 - Calçados, polainas e artefatos semelhantes e suas partes	343 132	285 590	-16,77
84 - Reatores nucleares, caldeiras, máquinas, etc., mecânicos	113 130	102 583	-9,32
02 - Carnes e miudezas, comestíveis	92 436	98 453	6,51
24 - Fumo (tabaco) e seus sucedâneos manufaturados	106 441	80 015	-24,83
87 - Veículos automóveis, tratores etc. suas partes/acesórios	76 257	74 776	-1,94
41 - Peles, exceto a peleteria (peles com pelo), e couros	73 734	61 422	-16,70
39 - Plásticos e suas obras	78 619	49 462	-37,09
23 - Resíduos e desperdícios das indústrias alimentares, etc.	51 048	40 493	-20,68
94 - Móveis, mobiliário médico-cirúrgico, colchões, etc.	35 840	28 081	-21,65
Outros	365 398	324 271	-11,26
TOTAL	1 336 035	1 145 146	-14,29

FONTE DOS DADOS BRUTOS: MDIC/SECEX/DTIC/Sistema Alice.

Teresinha Bello (FEE/NERI)

O limite do mercado das *utilities* no Brasil

A ocorrência do “apagão” e a ameaça de um “caladão” têm preocupado a área econômica. A mídia apontou, corretamente, o alto endividamento das operadoras elétricas e das teles, bem como a baixa rentabilidade e a ociosidade das plantas destas últimas.

Por outro lado, é importante avaliar-se a condição de acesso da população a esses serviços, classificados como *utilities*. A energia elétrica já foi praticamente universalizada: em 1999, apenas 5,2% dos domicílios brasileiros não dispunham dela, ocorrendo maior carência no conjunto dos domicílios rurais (24,5%), bem como nas faixas de renda mais baixas. Desse modo, a expansão do mercado e a rentabilidade das operadoras dependem, fundamentalmente, da evolução do consumo médio, atrelada aos efeitos multiplicadores do crescimento econômico, da renda e do emprego.

A difusão dos serviços de telefonia é bastante inferior. Atinge graus elevados somente nos grupos de renda superior a 10 SMs nas áreas urbanas e a 20 SMs nas rurais. Em 1999, apenas 37,5% dos domicílios brasileiros tinham acesso à telefonia — 44,3% nas áreas urbanas e apenas 8% nas rurais. Os limites desse mercado já se evidenciam nos domicílios com renda entre 5 e 10 SMs; nos grupos de rendas inferiores, a carência é gigantesca, embora as operadoras revelem capacidade ociosa.

Os *policy makers* não têm sido capazes de concretizar o cenário que prometeram às infantas operadoras quando privatizaram as *utilities* e, tampouco, de garantir a parcelas importantes da população o acesso e o uso desses serviços, fortemente vinculados às condições básicas de cidadania.

Percentual dos domicílios sem acesso à energia elétrica e à telefonia, segundo grupos de renda em salários mínimos (SMs), no Brasil — 1999

RENDA MENSAL (SMs)	ENERGIA ELÉTRICA			TELEFONIA		
	Total	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural
Até 1	18,14	4,57	39,92	93,65	90,10	99,36
Mais de 1 a 2	11,39	2,00	30,00	90,26	86,44	97,84
Mais de 2 a 3	5,48	0,74	21,36	82,54	78,51	96,05
Mais de 3 a 5	2,42	0,25	13,59	71,00	67,26	90,25
Mais de 5 a 10	0,63	0,10	6,62	45,26	42,66	74,51
Mais de 10 a 20	0,11	0,02	1,70	19,57	17,77	49,60
Mais de 20	0,05	0,01	1,25	5,23	4,54	25,02
Sem rendimento	8,64	2,33	38,33	83,77	80,86	97,46
Sem declaração	6,08	0,23	27,96	47,96	35,31	95,37
Total	5,24	0,81	24,56	62,43	55,66	92,01

FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE (1999). Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios.

Renato Dalmazo (FEE/NEESF)

Indústria de material de transporte: bom desempenho, mas perspectivas pessimistas

Os indicadores de produção física da indústria gaúcha do IBGE referentes ao primeiro bimestre de 2002 registraram taxas de crescimento positivas, embora menores do que as observadas em igual período do ano anterior (respectivamente, 1,73% e 2,41%).

Um dos gêneros que contribuiu positivamente para esse desempenho, inclusive durante a maior parte de 2001, foi material de transporte, que compreende, no caso do Rio Grande do Sul, a montagem e a fabricação de caminhões, reboques e semi-reboques, implementos rodoviários, ônibus, carrocerias, chassis, autopeças, partes e acessórios para veículos de médio e grande portes (a fábrica da GM e seus sistemistas ainda não foram incorporados à pesquisa industrial mensal do IBGE). As taxas acumuladas de 4,8% em 2001 e de 21,3% no primeiro bimestre de 2002 refletem, em larga medida, os efeitos positivos da ocorrência de uma boa safra agrícola nacional, principalmente de grãos, com demanda por transporte aumentada (caminhões, reboques, semi-reboques e peças), assim como do bom momento vivido pelo mercado de transporte urbano (ônibus urbano e microônibus).

A atual performance do gênero material de transporte decorre, em grande parte, do processo de reestruturação da cadeia automotiva no Rio Grande do Sul. A introdução acelerada de inovações tecnológicas e organizacionais trouxe expressivas modificações para essa indústria, que já podem ser observadas tanto nas montadoras quanto nas empresas fornecedoras de partes, peças e sistemas de componentes. No âmbito dos esforços de capacitação produtiva e tecnológica, destaca-se a busca de associações (*joint-ventures*) e de acordos tecnológicos com empresas de outros países.

A Marcopolo, que é a maior fabricante de carrocerias de ônibus da América Latina, é um exemplo dessa estratégia. Recentemente, essa empresa fechou um acordo com a italiana Iveco para a transferência de tecnologia para a produção de carrocerias na China. Além disso, atribui à decisão estratégica de concentrar esforços no mercado externo — com o fechamento de contratos nas Américas, na África e no Oriente Médio —, paralelamente à cres-

cente internacionalização da companhia, o faturamento líquido superior a R\$ 1 bilhão em 2001.

As perspectivas para a indústria gaúcha de material de transporte, contudo, não se mostram tão favoráveis. A interrupção da trajetória de queda da taxa de juros, o comportamento da taxa de câmbio e os efeitos da crise argentina vêm acarretando diminuição nos níveis de produção e vendas desses produtos. Particularmente importantes são os reflexos da acentuada retração do mercado argentino no primeiro trimestre de 2002 — importante país de destino das vendas externas de reboques, semi-reboques, carrocerias, peças e acessórios —, que neutralizou o desempenho positivo das exportações para o México e os Estados Unidos.

Variação da produção física e exportações da indústria de material de transporte no RS — 1º trim./00, 1º trim./01 e 1º trim./02 (%)

DISCRIMINAÇÃO	1º TRIMESTRE/01 1º TRIMESTRE/00	1º TRIMESTRE/02 1º TRIMESTRE/01
Indústria geral (1)	2,41	1,73
Material de transporte (1)	7,68	21,28
Exportação de veículos automóveis, suas partes e acessórios	40,64	-3,06
Veículos para transporte de 10 pessoas ou mais e carga (partes e acessórios)	144,92	87,11
Chassis com motor	1 437,88	-11,48
Carrocerias, inclusiv e cabinas	36,98	-24,34
Reboques e semi-reboques, suas partes e acessórios	-46,68	-60,23
Outros veículos	65,29	-61,97

FONTE: IBGE.
MDIC/SECEX.

(1) Dados acumulados de jan. e fev.

Silvia Horst Campos (FEE/NEI)

CARTA DE CONJUNTURA FEE (elaborada com informações até 06.05.02).

ISSN 1517-7262

A Carta de Conjuntura FEE é uma publicação mensal de responsabilidade dos editorialistas. As opiniões não exprimem um posicionamento oficial da FEE ou da Secretaria da Coordenação e Planejamento.

Tiragem: 2.400 exemplares.



Fundação de Economia e Estatística
Siegfried Emanuel Heuser

Presidente: José Antonio Fialho Alonso
Diretor Técnico: Flávio B. Fligenspan
Diretor Administrativo: Celso Anversa

Conselho Editorial da Carta: Flávio B. Fligenspan,
Guilherme Xavier Sobrinho, Jorge da Silva Accurso e
Roberto da Silva Wiltgen.

Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser
Rua Duque de Caxias, 1691 Porto Alegre - CEP 90010-283
E-mail conjuntura@fee.tche.br
www.fee.tche.br

EDITORIAÇÃO

Supervisão: Valesca Casa Nova Nonnig. Secretária: Luz Da Alva Moura da Silveira.

Revisão

Coordenação: Sidonia Therezinha Hahn Calvete. Revisoras: Elisabeth Kurtz Marques, Rosa Maria Gomes da Fonseca e Roselane Vial.

Editoria

Coordenação: Ezequiel Dias de Oliveira. Composição, diagramação e arte final: Cirei Pereira da Silveira, Denize Maria Maciel, Ieda Koch Leal, Jairo dos Santos Raymundo, Lenoir Buss e Rejane Maria Lopes dos Santos. Conferência: Elisabeth Alende Lopes e Rejane Schmitt Hübner. Impressão: Cassiano Osvaldo Machado Vargas, Luiz Carlos da Silva e Mauro Marcelino da Silva.